

PROPOSIÇÃO PARA UMA ABORDAGEM DE TECNOLOGIA SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO

TOMAZ, Lourenço K.¹; ALMEIDA, Joseane da S.²; MEDVEDOVSKI, Nirce S.³

¹Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFPel; ²Secretaria de Gestão Pública/Prefeitura Municipal de Pelotas; ³Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UFPel. nirce.sul@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

As pessoas desenvolvem suas atividades básicas dentro da sua habitação. Esta, exerce funções sociais, econômicas e ambientais e, por isso, é indispensável para o desenvolvimento humano.

O conceito de Habitação Adequada elaborado na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos – Habitat II, realizada em Istambul em 1966, compreende aspectos como: adequado espaço, acesso físico, adequada segurança, incluindo a garantia de posse, durabilidade e estabilidade da estrutura física, iluminação, aquecimento e ventilação adequados. Esses componentes da habitação devem ser acessíveis para todos, pois interferem nas condições de moradia e de trabalho. Além disso, para que estas condições sejam garantidas é fundamental o acesso a financiamentos, aos serviços públicos e à infraestrutura urbana.

De acordo com o Instituto de Estudios del Hambre – IEH, a falta da moradia é tanto uma consequência da pobreza como uma de suas principais causas. A baixa renda e o desemprego impossibilitam que as famílias comprem ou construam sua habitação, e a falta de garantia de posse dificulta o acesso a recursos financeiros, aos serviços públicos e oportunidades econômicas e sociais (IEH; 2009). Na América Latina, as condições atuais dos setores populares são de insuficiência de recursos, dificuldade ou impossibilidade de acesso ao conhecimento técnico-científico e de irregularidade fundiária (PELLI; 2007).

Para atender a estes requisitos mínimos de Habitação Adequada o ambiente construído deve ter um mínimo de qualidade, adequando-se às necessidades específicas do usuário, de forma que seu uso e manutenção sejam satisfatórios. No Brasil, a inclusão do usuário na elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) é garantida pelo Governo Federal. A legislação aponta, inclusive, a necessidade de capacitar a população envolvida para uma melhor participação neste processo. Além disso, sugere o envolvimento dos conselhos locais, especialmente o da cidade e o da habitação.

No entanto, mesmo com estas exigências legais, o produto dos programas habitacionais oferecido pelo Governo Federal não atende às necessidades específicas do usuário. Os programas não envolvem os futuros moradores durante a produção da habitação. O procedimento usual é a reprodução de um modelo de habitação que atende ao padrão socioeconômico médio na América Latina, que é apresentado como aquilo que o usuário “é obrigado a necessitar” (PELLI, 2007), sem satisfazer suas aspirações e necessidades. A “medida de satisfação” é dada pela aproximação entre o ambiente real percebido e o ambiente desejado ou ideal. A satisfação do usuário, ou morador, como critério da avaliação de desempenho tem sido utilizada por vários autores para analisar as relações entre aspectos do ambiente construído e o usuário (MEDVEDOVSKI; 2007 / REIS E LAY; 1995, apud COSWIG; 2011).

A deficiência do aspecto qualitativo da habitação social tem seu início antes mesmo da execução dos projetos, pois na maioria dos casos o usuário não participa na fase de elaboração do projeto, e acaba sendo excluído de todo o processo de promoção do seu habitat.

O objetivo deste estudo inicial é buscar referências na bibliografia sobre o tema participação do usuário na produção de habitações sociais, e sua inserção ativa no cenário econômico e social. Este estudo é parte do Subprojeto II da pesquisa MORAR.TS realizada em rede nacional e tem como objetivo propor uma abordagem de Tecnologia Social (TS) nas políticas públicas de Habitações de Interesse Social (HIS) no país.

2. METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Para a compreensão do tema Tecnologia Social utilizou-se o método da revisão bibliográfica. Foram identificadas as variáveis estabelecidas como condicionantes para a geração de Tecnologia Social. Foi elaborada uma tabela com o objetivo de comparar autores e experiências precedentes e analisar o entendimento de cada um dos mesmos sobre as variáveis. Além disso, com a compreensão da importância da participação do usuário para a geração de TS, partiu-se para a verificação do tema da participação. A partir desta revisão, foram identificadas diferenciações entre os modos de gestão da produção de habitações.

Os resultados das revisões e as conclusões obtidas a partir da tabela foram base para a elaboração de um texto básico para a definição de um marco teórico sobre TS aplicado à HIS e, este, na continuidade da pesquisa, servirá para embasar a formulação de propostas para repensar os programas habitacionais brasileiros.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados da seguinte maneira: Conceituação definida sobre TS e sobre Participação do Usuário e suas reflexões. E breve análise de dois dos estudos de caso da pesquisa: I. O projeto de extensão Vizinhança elaborado pela UFPel, e II. A produção habitacional das cooperativas uruguaias associadas à Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua – FUCVAM.

Reflexão acerca dos sistemas produtivo e tecnológico vigentes – não específico à produção de habitações – e proposta de um modelo de produção e desenvolvimento sustentável

Conforme Dagnino (2010), a TS deve ser entendida como tecnologia que promove a inclusão social. Não como um produto, mas como um processo de transformação social. Para isso, ela deve ser gerada e aplicada de maneira oposta à Tecnologia Convencional (TC), que é responsável pela assimetria existente na sociedade. Dentre as características de TC, a sua visão lucrativa exprime decisões que desvalorizam o ser humano em busca de maior produtividade e lucro. Para isso, a tecnologia social propõe um modelo chamado Empreendimento Autogestionário (EA), que é voltado para o mercado interno, adaptado ao pequeno tamanho físico e econômico, e nele, todo o potencial cognitivo do trabalhador é explorado, deixando de ter como visão o lucro, para que o ser humano seja incluído e valorizado.

A TS não é replicável – o objetivo é que as comunidades locais desenvolvam

sua própria tecnologia, de acordo com a sua realidade e as suas necessidades – mas torna-se reaplicável para os grupos sociais que vivem nas mesmas condições que os geradores. A ideia de exploração da capacidade criativa do usuário nas soluções de moradia já era defendida por Pelli (1997 e 2007), que propunha a inserção limitada de assistência técnica na produção, havendo, assim, uma estimulação para o desenvolvimento cognitivo dos usuários.

Quanto à geração de tecnologias, é proposta uma geração coletiva de conhecimento (Construção Sociotécnica), para que as necessidades sejam atacadas pelo ponto de vista daqueles que vivem tal realidade (DAGNINO, 2010). Conforme Pelli (2007), a vivência direta das necessidades é fonte imprescindível e insubstituível de informação. No entanto, somente o entendimento limitado de quem vive a necessidade não é suficiente para a geração de produtos e sistemas tecnológicos, sendo necessária a elaboração conjunta com aqueles que obtêm o conhecimento técnico e científico. A TS prevê o exercício de um ator-rede, que compreende desde arquitetos, técnicos sociais, até moradores. Isso faz com que técnico e social estejam ligados. As decisões devem ser negociadas entre os atores, sem que um deles tenha maior relevância no momento decisivo do projeto (DAGNINO, 2010). Essa dinâmica de negociação é chamada por Pelli de gestão Participativa e Consensual (Participativa y Concertada). Para ele, é frequente a ocorrência de casos que se autodenominam participativos por dar alguns espaços para a opinião dos usuários ou porque os coloca diante da aprovação de uma alternativa que os técnicos pensaram por e para os usuários. Nestes casos, o equívoco à proposta participativa é maior do que em casos nos quais há rejeição da participação. Além disso, o usuário continua alienado e ausente de qualquer possibilidade de desenvolvimento cognitivo.

Acerca do tema da participação

Víctor Pelli (2007) define a proposta da Gestão Participativa e Consensual como implicação da presença, em todas as etapas da gestão, de integrantes do mesmo grupo a que se destinam os produtos a serem desenvolvidos, o que vai além do papel passivo de receptores desses produtos. O termo consensual implica o reconhecimento da existência de um conjunto de atores interessados ou envolvidos em maior ou menor intensidade com a “situação” que origina as ações de transformação, bem como no reconhecimento da influência desses atores sobre as ações e metas.

Conforme Pelli (2007), as formas como ocorre esta proposta na América Latina são comumente denominadas Autoconstrução e, todas elas incluem o usuário na produção de sua própria solução habitacional. Este modo de gestão pode acontecer de quatro maneiras específicas: Espontânea e Autônoma (Autoconstrução popular); Dirigida (Gestão institucional com participação social na construção); Assistida (Gestão Compartilhada); e, Apropriada.

Uso de métodos participativos como ferramenta para reconhecimento do usuário de suas próprias necessidades – Caso I

Os métodos de participação no diagnóstico de necessidades tem, basicamente, duas aplicações: para o reconhecimento do próprio usuário com relação ao meio em que vive e, para o reconhecimento da realidade local pela

equipe técnica.

O primeiro caso acontece quando o usuário não se mostra capaz de perceber suas necessidades. Nele, o método de participação se torna estímulo para que aconteça esse reconhecimento. Como exemplo: a aplicação do Diagnóstico Rápido Urbano Participativo (DRUP), na região da Balsa em Pelotas/RS serviu para reflexão da população local, que percebeu a ausência de arborização no bairro e a consequente deficiência para a qualidade do seu ambiente. Essa aplicação se deu, portanto, de forma a estimular o próprio usuário a conhecer o seu meio e, indiretamente, participar da elaboração de uma ação de requalificação urbana satisfatória. Segundo Pelli (2007), trata-se de Autoconstrução Dirigida (Gestão institucional com participação social na construção).

Elaboração de soluções para a geração de emprego e renda – Caso II

Na produção de HIS a possibilidade de geração de emprego e renda se estende com a alternativa de comércio e prestação de serviços inseridos no próprio conjunto habitacional, como é o caso das cooperativas uruguais associadas à FUCVAM, que se atentam a proposta participativa observando todas essas condicionantes, buscando a sustentabilidade do empreendimento. A participação se dá em todas as fases da promoção da habitação e na geração de alternativas de emprego e renda e, conforme Pelli (2007), trata-se de Autoconstrução Autônoma.

4. CONCLUSÕES

A definição de Tecnologia Social se mostra complexa e parcialmente entendida em cada caso estudado, de acordo com o objetivo de cada um deles.

Alguns conceitos compreendidos, como: contextualização para a geração de tecnologia; possibilidade de reaplicação; participação do usuário compreendendo o sistema produtivo são conceitos em comum nos dois casos analisados. A diferenciação ocorre no modo de aplicação desses conceitos e na relevância que cada um tem para cada caso.

5. REFERÊNCIAS

- ABIKO, A. K. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP; 1995. (Texto técnico da Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/12).
- COSWIG, Mateus Treptow. **A utilização de aparatos de segurança e a satisfação dos usuários de habitação de interesse social: um estudo de caso para o PAR em Pelotas, RS**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas; 2011.
- DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. 2 ed. (rev. e ampl.). Campinas: Komedi; 2010.
- INSTITUTO DE ESTUDIOS DEL HAMBRE – IEH. **Boletim Temático sobre Tecnologias Sociais**. Tema 5: Habitação. Madrid, 2009.
- PELLI, Victor Saúl. **La Necesidad de clarificación y replicabilidad**. In: Vivienda Popular, p. 35 – 45, Montevideo, 1997.
- PELLI, Victor Saúl. **Habitar, participar, pertenecer: acceder a la vivienda, incluirse en la sociedad**. Buenos Aires: Nobuko; 2007.
- VARGAS, Heliana Comin (Org.). **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: Edusp; 2004.